



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
- Meio Ambiente e Patrimônio Cultural -

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA DE COORDENAÇÃO

Às 9 horas e 30 minutos do dia 19 de março de 2026, iniciou a 60ª Sessão Ordinária de Coordenação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a presença dos Membros Titulares a Subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, Coordenadora, o Subprocurador-geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios e o Subprocurador-geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina; Secretariados pela Secretária-Executiva, Kátia Leda Oliveira de Lima, pela Assessora-chefe de Coordenação, Daniele Oliveira, pelo Assessor-chefe de Administração, Antônio Alberto Rodrigues Pestana Junior, pela Assessora-chefe de Revisão, Cristiane Almeida de Freitas. **Deliberaram, nessa sessão, os seguintes assuntos:**

1. Temas para conhecimento e deliberação do colegiado:

1.1. PGEA - 1.00.000.001805/2026-62 (Ofício nº 1034/2026/GABPR1-JGBS [\(PR-PB-00010765/2026\)](#))

O Grupo de Trabalho Intercameral sobre os Impactos Socioambientais das Energias Renováveis (4ª CCR, 6ª CCR e PFDC) apresenta proposta de enunciado acerca da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), prevista na Convenção 169 da OIT:

"Compete ao Ministério Público Federal atuar judicial e extrajudicialmente em causas que envolvam empreendimentos de energia renovável sempre que tais projetos impactem ou possam impactar povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas,

independentemente da esfera administrativa responsável pelo licenciamento ambiental. Essa atribuição decorre do dever de garantir o respeito aos direitos constitucionais dos cidadãos pelos concessionários e permissionários de serviço público federal, nos termos do artigo 39, inciso III, da Lei Complementar nº 75/1993. Nessa atuação, incumbe ao MPF fiscalizar o cumprimento da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), prevista na Convenção 169 da OIT, assegurar a integridade dos modos de vida, a autodeterminação e o patrimônio cultural dessas comunidades, bem como exigir a adequação ambiental dos empreendimentos."

Deliberação: o colegiado, por unanimidade, deliberou por realizar interlocução com a 6CCR e a PFDC visando à realização de ajustes no texto, tendo em vista que o colegiado considerou o teor muito abrangente, sendo necessário delinear a atribuição federal. Por se tratar de tema afeto ao encontro do Bioma Caatinga, o colegiado ponderou que será uma boa oportunidade para discussões e proposições de ajustes ao teor do enunciado.

1.2. Proposta de alteração do tema do 10º OCITA – Apoio a Grandes Casos Ambientais

Sugestões:

- Contaminação de bacias hidrográficas por resíduos sólidos, esgoto não tratado, atividades industriais/agrícolas e mineração.
- Integridade Ambiental e Segurança Hídrica: O Enfrentamento à Contaminação Química, Orgânica e por Resíduos Sólidos.

Deliberação: o colegiado, por unanimidade, deliberou por levar a proposta de alteração do tema do OCITA para ser debatida no Encontro Nacional da 4CCR.

1.3. Aprovada a alteração da data do evento do Bioma Caatinga para os dias 14 e 15 de maio.

2. Comunicados:

2.1. Divulgada a abertura de inscrições para a composição da Comissão do Patrimônio Histórico e Cultural da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. As inscrições poderão ser feitas por membros com atuação no tema, até o dia 20 de

março de 2026.

[Edital 4ª CCR nº 1/2026 - PGR-00061372/2026](#)

2.2. Publicada a Portaria 4ª CCR n.º 3, de 9 de fevereiro de 2026 ([PGR-00041897/2026](#)), que promoveu a adequação das estruturas colegiadas da 4ª CCR às categorias e vigências estabelecidas pela Resolução CSMPF n.º 242, de 19 de dezembro de 2024.

2.3. Em resposta ao Ofício Circular n.º 18/2026/COGAECONAC/MPF, as 2ª, 4ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão encaminharam propostas para o aperfeiçoamento da regulamentação dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECOs).

OFÍCIO 183/2026 - [PGR-00069010/2026](#)

2.4. Publicada a Portaria PGR/MPF n.º 89, de 27 de fevereiro de 2026 ([PGR-00052286/2026](#)), que designou membros do Ministério Público Federal para integrar os Grupos de Atuação Conjunta (GACs) no âmbito do Mecanismo Nacional de Monitoramento do Cumprimento das Obrigações Internacionais de Direitos Humanos (MCOIDH). Os Grupos atuarão em feitos judiciais e extrajudiciais relacionados a casos de extrema relevância sob monitoramento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

2.5. A 4ª CCR encaminhou o [OFÍCIO n.º 275/2026-4ªCCR](#) (PGR-00096440/2026) à Comissão de Meio Ambiente do CNMP, contendo indicação de processos judiciais, procedimentos investigatórios e iniciativas estruturantes do Ministério Público Federal aptos a serem apreciados durante a II Semana da Pauta Verde, a ser realizada no período de 8 a 12 de junho de 2026. A Semana da Pauta Verde é uma mobilização nacional promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), focada em acelerar processos judiciais estruturais de gestão de resíduos sólidos, lixões e aterros sanitários. A ação busca impulsionar o julgamento de demandas ambientais e estimular conciliações.

2.6. Elaboração de Nota Técnica sobre o PL 2564/2025, que altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, proibindo a aplicação do embargo por órgãos e entidades ambientais, nos casos em que constatada infração ambiental por sensoriamento

remoto, e em relação ao qual já existe parecer de mérito pela aprovação, emitido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

3. Informes sobre reuniões ocorridas:

23/02/2026 - Participação da Coordenadora da 4ª CCR em reunião virtual com representantes de diversos Ministérios do Governo Federal (MRE, MIR, MDA, MDS, MDR e MPA) para discutir os resultados alcançados na COP 30 quanto ao tema de gênero e mudança do clima, com especial destaque para a aprovação do Plano de Ação de Gênero (GAP) de Belém. Durante a reunião, destacou-se a transversalidade da pauta de gênero e sua convergência com o combate ao racismo ambiental (Resolução CONAMA nº 511/2025) e com a diretriz estratégica do MPF voltada à proteção de mulheres negras e indígenas. Como desdobramento, foi expedido o Ofício 158/2026 ([PGR-00061603/2026](#)) à 6ª CCR e à PFDC para coletar subsídios técnicos sobre o tema a serem encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores.

23/02/2026 - Reunião entre a 4ª CCR, representantes da Human Rights Watch (HRW) e o Procurador da República Daniel César Azeredo Avelino. A reunião teve como objetivo debater pontos sobre rastreabilidade na cadeia da carne, combate ao desmatamento, litigância climática, agrotóxicos e crimes ambientais transnacionais. A HRW apresentou o “Relatório Mundial de Direitos Humanos 2026”, que destaca a pecuária como o principal fator de desmatamento na Amazônia e aponta falhas no rastreamento de fornecedores indiretos. Apresentou também o relatório “Gado Sujo”, que investiga a apropriação ilegal de terras e a entrada de animais de áreas desmatadas ou Terras Indígenas na cadeia de exportação. Ressaltou-se a urgência de instalação de sistemas de rastreabilidade individual para impedir que produtos vinculados a violações cheguem ao mercado europeu sob o novo Regulamento da UE, além da violência contra populações locais e a omissão estatal na proteção de territórios destinados à conservação e subsistência sustentável.

Ata da reunião: [PGR-00068550/2026](#)

Notícia: <https://www.mpf.mp.br/o-mpf/idades/procuradoria-geral-da-republica-pgr/noticias/mpf-e-human-rights-watch-discutem-rastreabilidade-e-combate-ao-desmatamento-na-cadeia-da-carne>

24/02/2026 - Reunião entre a Coordenadora da 4ª CCR, a Presidência do IPHAN e representantes da Procuradoria-Geral Federal (PGF/AGU). Na ocasião, abordou-se os seguintes temas: (i) o fortalecimento da capacidade administrativa e operacional do IPHAN; (ii) a viabilidade jurídica do IPHAN figurar como beneficiário em editais de chamamento público do MPF para o recebimento de bens e valores oriundos de

instrumentos de autocomposição, conforme a Nota nº 00006/2025/PGF/AGU; (iii) a proteção de paisagens e sítios arqueológicos sob pressão minerária, notadamente em Minas Gerais; e (iv) o andamento da proposta de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MPF e o IPHAN. O debate central girou em torno da Nota Técnica nº 00006/2025/PGF/AGU, que restringe a destinação direta de verbas indenizatórias ambientais ao Iphan, recomendando o uso de fundos específicos, como o FDD. Como desdobramento da reunião, foram encaminhados os Ofícios nº 229/2026-4ªCCR ([PGR-00085930/2026](#)) e OFÍCIO n.º 238/2026-4ªCCR ([PGR-00090680/2026](#)).

25/02/2026 - Reunião entre a 4ªCCR, a Procuradora da República na Albânia Denisa Asko e a Procuradora Regional da República Fernanda Teixeira Souza Domingos. O foco da reunião foi a modernização tecnológica da justiça, destacando como o Brasil utiliza a digitalização de processos e a Inteligência Artificial para otimizar investigações. Foram detalhadas ferramentas avançadas, como o monitoramento por satélite, essenciais ao combate ao desmatamento e à proteção de territórios vulneráveis na Amazônia. As instituições também abordaram o enfrentamento a crimes transnacionais, a regulação do uso de agrotóxicos e a preservação do patrimônio cultural. O diálogo buscou estabelecer uma cooperação internacional contínua para o compartilhamento de boas práticas em governança ambiental e inovação jurídica. Por fim, a Procuradora albanesa demonstrou interesse em replicar o modelo digital brasileiro para superar limitações de sistemas analógicos em seu país.

Ata da reunião: [PGR-00068159/2026](#)

03/03/2026 - Realização do I Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Recife. O seminário teve como objetivo discutir os efeitos das mudanças climáticas e as políticas de prevenção, mitigação e adaptação sob uma perspectiva regional.

Notícia:

<https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/pr-pe/noticias/mpf-lanca-no-recife-ciclo-nacional-de-seminarios-sobre-mudancas-climaticas>

04/03/2026 - Participação da Coordenadora da 4ª CCR no 1º Fórum do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC) como expositora na mesa-redonda “Consulta Livre, Prévia e Informada: do Direito à Prática – Diálogos sobre a Efetividade na Preservação do Patrimônio Cultural e dos Territórios”. A Coordenadora da 4ª CCR abordou a proteção que a Constituição e os mecanismos internacionais conferem aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, destacando os principais desafios enfrentados pelo MPF na preservação do patrimônio imaterial.

Notícia: <https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/procuradoria-geral-da-republica-pgr/noti>

[cias/mpf-reforca-defesa-do-patrimonio-cultural-e-da-consulta-previa-as-comunidades-tradicionais-em-evento-do-iphan](#)

05/03/2026 - Reunião entre a Coordenadora da 4ªCCR e a Coordenadora da 6ªCCR, a Subprocuradora-Geral da República Eliana Peres Torelly de Carvalho, acerca do Ofício [SEI nº 182/2026-GABIN/ICMBio](#) (PGR-00055269/2026), sobre a sobreposição de terras indígenas a Unidades de Conservação federais localizadas na Região Sul do Brasil. Como andamento da reunião expediu-se o [OFÍCIO nº 143/2026/6ªCCR/MPF \(PGR-00082719/2026\)](#) convidando o Diretor do ICMBio para participar de reunião futura sobre o tema.

09/03/2026 até 11/03/2026 - Realização do Evento "Agrotóxicos no Brasil: Impactos Socioambientais e o Cenário das Políticas Públicas", que buscou fortalecer a atuação do MPF no combate aos efeitos nocivos dos agrotóxicos e impactos socioambientais. O evento promoveu a troca de informações e experiências entre membros do MPF, órgãos públicos e sociedade civil.

O evento teve como produto final uma carta com as principais propostas apresentadas pelos participantes. A carta e demais materiais produzidos no evento estão disponíveis em: https://drive.google.com/drive/folders/11tDxYLqjRiAArv_ec4Kr3PpGoSR78nR

Notícia: <https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/procuradoria-geral-da-republica-pgr/noticias/seminario-do-mpf-debate-impactos-dos-agrotoxicos-e-politicas-publicas-no-brasil>

12/03/2026 - Reunião entre a Coordenadora da 4ª Câmara e os Procuradores da República Daniel César Azeredo Avelino e Felipe Fritz Braga para tratar de questões relativas à Gleba da Serrinha do Paranoá e a Conflitos de Competência relacionados às APAs do DF.

16/03/2026 - Reunião entre a Coordenadora da 4ª Câmara e os Procuradores Regionais da República Carlos Fernando Mazzoco e José Robalinho Cavalcanti para tratar de ajustes na configuração dos Ofícios Ambientais do MPF.

16/03/2026 - Reunião com membros participantes de projeto de pesquisa da ESMPU sobre a parametrização de acordos ambientais. A pesquisa visa criar instrumentos objetivos para valoração de danos e negociações, resultando em produtos como: calculadora automatizada de impactos ambientais, base de dados de acordos e valores de referência, protocolo de valoração econômica e coletânea de boas práticas.

4. Agenda – reuniões e eventos previstos:

| | |
|-----------------------------|---|
| 19/03/2026 - 14h30 | Reunião com Procuradores-Chefes AC, AM, AP, MT, PA, RO e RR - AMOR e AMOC. |
| 19/03/2026 - 16h | Reunião dos Coordenadores de Câmaras e os membros dos Grupos de Atuação Conjunta (GACs) sobre a atuação dos GACs OFÍCIO 176/2026 MCOIDH - PGR-00088762/2026. |
| 20/03/2026 - 15h às 17h | Reunião entre 4ª e 6ª CCRs e ICMBio sobre terras indígenas em Unidades de Conservação federais. |
| 24/03/2026 | MPF Clima: Adaptação climática em foco - São Paulo (Evento GT Emergências Climáticas) |
| 26/03/2026 - 11h | Reunião com a SPPEA para tratar sobre a padronização de fluxo para o atendimento de pedidos de apoio técnico formalizados pelo GATJ ou outras unidades. |
| 07/04/2026 e 08/04/2026 | 671ª Sessão de Revisão (Eletrônica) |
| 08/04/2026 | 24º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente 2026 |
| 08/04/2026 - 14h | Reunião entre MPF e MCTI para tratar de medidas para o fortalecimento do Cemaden e a superação de fragilidades institucionais. |
| 13/04/2026 até 15/04/2026 | Encontro Nacional da 4ª CCR |
| 28/04/2026 - 14h30 às 15h30 | 672ª Revisão / 61ª Coordenação (Presencial) |

Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e segue assinada pelos participantes.

(assinado e datado digitalmente)
LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

Subprocuradora-geral da República

(assinado e datado digitalmente)
AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS
Subprocurador-geral da República

(assinado e datado digitalmente)
PAULO VASCONCELOS JACOBINA
Subprocurador-geral da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00123012/2026 ATA nº 60-2026**

.....
Signatário(a): **PAULO VASCONCELOS JACOBINA**

Data e Hora: **07/04/2026 16:18:33**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

Data e Hora: **07/04/2026 16:48:56**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **AURELIO VIRGILIO VEIGA RIOS**

Data e Hora: **14/04/2026 08:27:26**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9fa7588c.2be28db5.7f7dbadf.f31d49b4